

CORPOS-TERRITÓRIOS: IMPACTOS, VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIA DAS MULHERES GUARANI E KAIOWÁ NO MATO GROSSO DO SUL FRENTE AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Maria Tereza Gonçalves Feitosa¹
Liana Amin Lima da Silva²

INTRODUÇÃO

A política de morte, de poder e de controle dos corpos que representa a realidade no Brasil assola vidas que foram postas às margens da sociedade, principalmente as de povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, Achille Mbembe (2018), ao nos apresentar o conceito de necropolítica, aponta que esta representa uma ferramenta de poder que surge com o processo de colonização da América como um todo e da África, constituindo a base do modelo moderno europeu. Assim, a necropolítica representa o poder da morte como elemento central e ativo no âmbito da política a nível global, que reconfigura as relações sociais e que é realizada através da tentativa de se atingir a soberania, cujo objetivo é matar para que se obtenha o poder.

Neste caso, damos ênfase ao povo Guarani e Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul (MS). Através de invasões, roubos, privatizações, violações aos direitos humanos e coletivos e do confinamento em reservas, a estrutura capitalista, racista e misógina, legitima as práticas de violação e de desmonte dos direitos.

A situação dos Guarani e Kaiowá é marcada atualmente por inseguridades, violências e crise humanitária, que em contraponto é enfrentada pela resistência coletiva ao agrogonegócio e aos conflitos pelo acesso ao *tekoha*³ e à terra (MONDARDO, 2020). Com o aumento do número de ameaças, ataques, assassinatos, sequestros e de territórios onde foram impostas as monoculturas, as movimentações políticas contra o marco temporal, contra as violações aos direitos humanos, coletivos e socioambientais se somam aos acampamentos e às áreas de retomada, que uma vez alinhados ao *tekoha* e ao *teko araguyje*⁴, dão força à resistência contra o etnocídio, genocídio e a expropriação.

Diante do exposto, temos como problemática a seguinte questão: “como as mulheres Kaiowá e Guarani se organizam coletivamente na luta pela defesa de seus corpos-território e de suas comunidades?”. Para responder a isso, traçamos os objetivos deste artigo que são: apresentar e analisar quais são os conflitos que ocorrem nos territórios Guarani

1 Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD). Endereço eletrônico: maria.feitosa041@academico.ufgd.edu.br.

2 Professora de Direitos Humanos e Fronteiras da Faculdade de Direito e Relações Internacionais e do Programa de Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (FADIR/PPGFDH/UFGD). Doutora em Direito Econômico e Socioambiental, com estágio de pós-doutorado em Direito (PUCPR). Endereço eletrônico: lianasilva@ufgd.edu.br.

3 Tekoha é o nome dado pelos Guarani e Kaiowá para se referir aos antigos territórios. São os lugares onde seus antepassados viveram, de acordo com seus modos de vida e de ser.

4 Palavra em guarani que significa jeito sagrado de ser.

e Kaiowá no estado; quais as violações aos direitos dos povos e das mulheres; e quais procedimentos e mecanismos são utilizados pelas mulheres no combate aos impactos decorrentes dos conflitos. Além disso, explicamos que a escolha das mulheres enquanto sujeitas da pesquisa decorre das constantes e crescentes opressões e violações que elas sofrem por serem indígenas e mulheres, bem como por ocuparem os espaços na linha de frente da luta pelos direitos socioambientais, territoriais e coletivos. Para elaborar o artigo nos amparamos na metodologia qualitativa, através do procedimento de levantamento e análise de bibliografias e documentos relacionados ao tema.

1 A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS

Durante o avanço da ocupação de terras indígenas pelos colonizadores na região do sul do antigo Mato Grosso, que hoje corresponde ao MS, o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criou 8 reservas indígenas entre 1915 e 1928 com o objetivo de concentrar as famílias Guarani e Kaiowá, que antes viviam em um vasto território. No entanto, atualmente essas reservas estão superlotadas, devido ao processo compulsório de recolhimento das famílias, e enfrentam altos índices de violência. A superlotação, a falta de espaço e mescla de grupos que antes possuíam seus próprios territórios são as principais causas dos frequentes conflitos dentro das reservas (SILVESTRE; ROSSATO; SERAGUZA, 2019).

Atualmente, os territórios indígenas no MS estão divididos em várias e diferentes áreas com situações diversas. Existem as reservas, alguns territórios demarcados, áreas com homologação e registro, sem registro, territórios declarados e não homologados, identificados, e outros ainda em fase de identificação. Estas situações significam as distintas configurações, relacionadas aos processos demarcatórios em que a maioria encara a oposição no judiciário, causando processos que duram décadas.

Para tentar reocupar antigas áreas de assentamentos, muitas famílias indígenas aguardam em acampamentos situados nas margens de rodovias, entre estradas e cercas de fazendas, ou retoma terras que consideram como seus territórios tradicionais. Entretanto, essas ações resultam em reações violentas por parte dos atuais proprietários das terras. Nos acampamentos as famílias enfrentam condições de vida de extrema precariedade como falta de acesso à água, lenha e trabalho, além de restrições para o plantio. Elas também são expostas a agrotóxicos despejados nas plantações por meio de aviões agrícolas, e frequentemente sofrem violências cometidas por funcionários dos fazendeiros.

As violências contra os povos indígenas têm aumentado na mesma medida em que são incentivadas, legitimadas e conseqüentemente banalizadas pelo restante da sociedade. A noção de violência empregada neste artigo é referente à violência cometida pelos aparelhos públicos de poder e por agentes particulares.

Na década de 1970, houve uma mudança de perspectiva nos estudos sobre violência, com a violência se espalhando para áreas civis, em que os sujeitos se encontravam localizados em áreas periféricas. Nesse caso, o temido era a violência praticada pelas pessoas que matavam, roubavam e sequestravam, ou seja, pelo bandido que era visto como ameaça à sociedade e ao Estado. Dessa forma, a violência que abordamos neste artigo não diz respeito somente a atos de agressão física, mas às violações contra os povos indígenas, que enraizadas na colonialidade, visam exterminar as populações e seus modos de vida através do racismo, do integracionismo, da invasão e exploração dos territórios e seus recursos naturais, da negação à autodeterminação, e da omissão dos agentes públicos no que concerne educação, saúde e a proteção aos territórios.

Outrossim, vale ressaltar que não se pode considerar tal violência somente como intolerância ou perversidade de um indivíduo, ou como prática isolada de um grupo, mas, como uma prática sustentada no racismo estrutural de modo sistemático, de acordo com Silvio Almeida (2020). O autor explica que o racismo cria e sustenta conjunturas estruturais, de maneira que grupos racializados sofram discriminações sistemáticas, estabelecendo barreiras simbólicas e materiais.

A dominação europeia sobre a América Latina, em seu contexto histórico, resultou em uma violenta expropriação territorial e cultural dos povos indígenas. A implantação de monoculturas e do sistema escravista como bases produtivas, econômicas e políticas estabeleceu matrizes coloniais que tiveram impacto direto nas estruturas do Estados e no modelo desenvolvimentista. Por mais de 500 anos, a questão da terra tem sido uma das principais causas da pobreza material e imaterial enfrentada pelos povos indígenas.

Para os Guarani e Kaiowá, a perda da “posse” do *tekoha* significa um empecilho para a manutenção da vida e do ser, visto que, o território é onde se dá a cultura, a forma de vida e da coletividade. Logo, podemos entender essa questão a partir da noção de corpo-território que iremos abordar mais à frente.

O processo gradativo de despojo territorial, que relacionado ao âmbito institucional de fragilização de órgãos responsáveis pela asseguaração do usufruto dos territórios, tem mostrado números cada vez mais alarmantes. Além disso, vemos também o congelamento de processos administrativos referentes à demarcação dos territórios. Segundo o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil (CIMI, 2022), com dados referentes ao ano de 2021, não houve demarcação de terra alguma pelo governo federal, além de incontáveis processos engessados nas etapas do procedimento de demarcação, identificações que não foram iniciadas e processos que sequer foram levados em conta pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Ainda de acordo com o Relatório, foram registrados 9 casos de conflitos relativos a direitos territoriais no MS, dos quais, 6 envolveram os Guarani e Kaiowá. Conforme a

tabela a seguir, elaborada com dados obtidos no documento, tais casos foram relacionados a conflitos fundiários; agressões, ataques com armas de fogo e incêndios; ameaças, duplicação de rodovias, omissão e morosidade na demarcação da Terra Indígena (TI). Para fazer a demonstração, elaboramos uma tabela com os dados obtidos.

Terra Indígena	Tipo de Conflito	Descrição
Dourados	Conflito fundiário	Presença da Força Nacional em Caarapó desde 2016, como medida de segurança tomada em decorrência do assassinato do agente de um agente de saúde indígena; A partir de 2020 a Força Nacional foi enviada à reserva de Dourados, que abriga as aldeias Bororó e Jaguapiru, também como medida a conflitos entre indígenas e fazendeiros.
Tekoha Ava'ete	Armas de fogo; agressões; incêndios	Território localizado próximo à aldeia Bororó, em Dourados. Há mais de dois anos os indígenas do tekoha buscam a regularização da TI, no entanto, a incidência das propriedades rurais tem aumentado cada vez mais, além de que os proprietários não aceitam os Guarani e Kaiowá no espaço. De acordo com os relatos, os ataques com armas de fogo e bala de borracha acontecem no início da noite e segue até a madrugada; pistoleiros queimam os barracos e/ou passam com trator por cima dos barracos dos indígenas.
Apyka'i	Duplicação de rodovia; ameaças; omissão e morosidade na demarcação da TI	A comunidade está alojada às margens da rodovia que liga Dourados a Ponta Porã. Desde o ano de 2000, mais de 10 membros morreram devido à situação precária em que a comunidade sofre. A demanda da demarcação do território já dura anos e a Funai já havia instaurado a qualificação de estudo em 2016, no entanto segue paralisada. Ademais, a Funai diminuiu e/ou suspendeu a entrega de cestas básicas à comunidade, o que intensificou a insegurança alimentar e a dificuldade de acesso ao território. Outro fator agravante é a duplicação da rodovia MS-463, que ameaça de despejo a pequena área ocupada pela comunidade.
Dourados Amambai Peguá I	Omissão e morosidade na demarcação da TI; ameaças	Território localizado em Caarapó. Identificado e delimitado pela Funai em 2016 com quase 56 mil hectares ainda não está sob "posse" dos indígenas. A comunidade que lá vive ocupa mais ou menos 4,6 mil hectares do espaço delimitado (8,26% do total). A omissão e morosidade do executivo na regularização continua gerando violações e conflitos entre a comunidade e fazendeiros.
Guyraroka	Omissão e morosidade da demarcação da TI; ameaças	Território localizado em Caarapó. No primeiro semestre de 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu analisar a ação que visa anular a decisão de invalidação do processo de demarcação do território. Na ação, os Guarani e Kaiowá indicam que a comunidade não foi consultada no processo de 2014 que anulou a portaria do território. A comunidade continua em situação vulnerável e ocupa apenas 50 dos mais de 11.400 hectares reconhecidos no território. Há também uma situação grave de conflitos com fazendeiros que ocupam o território com plantações de milho, cana e soja, além do uso de agrotóxicos que gera muitos casos de intoxicação.
Iguatemi Pegua I	Invasão; ameaças; omissão e morosidade na demarcação da TI	Território localizado em Iguatemi. Processo de demarcação paralisado (território já identificado e delimitado) que continua provocando situações de conflitos. A comunidade ocupa 98 de cerca de 41.500 hectares do território, área essa que está degradada, impossibilitando o plantio e a subsistência das famílias. Situação de fome, perseguições, ameaças e intolerância religiosa relatada por lideranças e rezadores.

Tabela elaborada pelas autoras com dados obtidos no Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil (Cimi, 2022).

Citamos também o massacre de Guapo'y, ocorrido na área adjacente à reserva de Amambai com a comunidade de Guapo'y. Em junho de 2022 houve uma ação de despejo ilegal e violenta por parte da polícia militar do MS, que resultou no assassinato de

Vitor Fernandes, de 42 anos, e mais 9 feridos por armas de fogo. Além disso, em maio do mesmo ano, Alex Lopes, jovem Guarani e Kaiowá pertencente à reserva de Taquaperi, foi assassinado em Coronel Sapucaia. Tais acontecimentos geraram revolta às comunidades e conseqüentemente a necessidade de ocupar áreas tradicionais, logo a área de retomada de Guapo'y deu início após o massacre.

Ao longo dos anos, os pequenos espaços das reservas dos Guarani e Kaiowá foram e são invadidos, reduzidos e transformados em espaços sob disputas e conflitos em nome do desenvolvimentismo objetivado na monocultura do agronegócio.

O cenário chocante de violência perpetrada pelo Estado e o completo abandono da família em situações precárias e insalubres nos levam a questionar e criticar o papel desempenhado pelo aparelho estatal e as profundas disparidades presentes na sociedade. De um lado vemos extensas plantações de soja, milho, cana-de-açúcar que se estendem sem fim, enquanto do outro lado vemos comunidades que há décadas lutam por seus direitos, que são sistematicamente negados e restringidos (MONTEIRO, 2020).

Então, é assim que o agronegócio vai concretizando suas práticas, se estabelecendo territorialmente e desenvolvendo estratégias para alcançar seus objetivos. O capitalismo, em seu processo contínuo de reprodução intensa e de larga escala, está constantemente à procura de novos espaços que lhe garantam maiores lucros e oportunidades de acumulação. Dessa forma, de acordo com Santos (2006), o capital procura tornar o espaço mais flexível por meio de novas técnicas, criando novas formas rígidas que possibilitam o desenvolvimento de novas ações, desencadeando novos fluxos, estabelecendo novas relações sociais e de poder, e criando novos arranjos institucionais e administrativos. Então, segundo o Portal Catarinas (2020):

Por meio do agronegócio as elites locais se fortalecem para a exportação de seus produtos aos países ricos a custo de sangue indígena. Esses conflitos são antigos. Grande parte das fazendas de soja, gado, milho e cana-de-açúcar produzidos no Brasil tem propriedades localizadas em áreas imemoriais indígenas que foram espoliadas no passado.

Em todo o país, povos indígenas se mobilizam e denunciam a violência incitada e perpetuada pelo Estado, bem como reforça a urgência da retomada do julgamento da tese do marco temporal para que seus territórios tradicionais que são direitos sejam demarcados e respeitados.

Os Guarani e Kaiowá estão empenhados na luta pela justiça, buscando enfrentar as inúmeras violações à vida cometidas pelo agronegócio e legitimadas pelo Estado, conforme Marinho (2018, p. 268, 269):

A luta é enfatizada em sua força reparadora, se por “reparar” for entendido como “pôr em bom estado de funcionamento (o que se havia estragado); restaurar, consertar, recondicionar”. A

função recondicionante da luta faz do futuro uma espécie de passado transformado, que, num jogo de palavras, chamarei de futuro do pretérito. “Recondicionar” é “restituir à primitiva condição” (Houaiss [online]). O pressuposto ou condição da luta é a existência de adversários. Enquanto houver rivais haverá luta, mas não é a relação de oposição que aí existe que está no fundamento da ação. O que impele à luta é o sentimento de uma contrariedade vivida, subjetividade decorrente, i.e., historicamente conformada, na experiência da violência e conseqüente injustiça. De um lado, uma vida perdida, ou roubada, destruída no passado pela ação dos brancos (colonos, fazendeiros, governadores, empresários, indigenistas, principalmente) e, de outro, uma vida que o futuro lhes reserva, mas que está impedida de realizar-se.

Neste trabalho tratamos das categorias mulher e indígena, ainda que haja perigos de generalização e universalização, por isso, utilizamos da interseccionalidade e da decolonialidade a fim de fazer recortes necessários para a nossa abordagem.

A interseccionalidade, conceito criado por Kimberlé Crenshaw, é uma sensibilidade analítica que percebe o racismo, o capitalismo e o patriarcado de maneira conjunta, em que existem de maneira inseparável. Ou seja, de acordo com Carla Akotirene (2018), esses três sistemas de dominação formam uma matriz de opressão que opera violências de modo simultâneo e contínuo, colocando mulheres racializadas mais vulneráveis e expostas aos fluxos de dominação. Além disso, Akotirene (2018, p.14) explica que:

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro.

Para o entendimento interseccional dessas reivindicações, é necessário pensar nas lutas travadas e nas demandas de mulheres negras ao redor do mundo, bem como enfrentar o apagamento de pensamentos e contribuições pela academia brancocêntrica.

As mulheres indígenas estão sujeitas a múltiplas formas de opressão e marginalização, tanto como mulheres quanto como membros de comunidades indígenas. Elas enfrentam desafios específicos que estão interligados com sua identidade. Esses desafios incluem a violência de gênero, a perda dos territórios, a marginalização cultural e o assimilacionismo, a discriminação racial, a pobreza, a falta de acesso a serviços básicos e outros.

Nesse sentido, a interseccionalidade reconhece que as mulheres indígenas não podem ser consideradas isoladamente do contexto identitário, histórico e político. Em resumo, a interseccionalidade destaca a importância de considerar as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres indígenas e reconhecer sua luta por direitos como parte integral dos movimentos de mulheres e de indígenas. Isso requer uma abordagem inclusiva e sensível às diferentes identidades, experiências e realidades dentro das comunidades.

Para María Lugones (2008), pensadora decolonial, o sistema colonial utiliza práticas

para colonizar homens e mulheres nativos, recorrendo à perspectiva de gênero. nesse contexto, a colonialidade é aplicada com o objetivo de estabelecer normas e condutas para definir os comportamentos dos homens e das mulheres na região latino-americana. Além disso, o eurocentrismo é perpetuado pelo sistema, ao estabelecer um padrão do homem ocidental como superior. Isso se relaciona também com a questão racial, pois homens e mulheres racializados não são considerados nesse contexto, principalmente as mulheres.

Dessa forma, a autora propõe um pensamento de resistência que rejeite todas as formas de dominação, a fim de construir epistemologias que permitam vivências e realidades diferentes para as mulheres que estão em posição de subalternidade e opressão. Portanto, é necessário decolonizar o conhecimento e o próprio ser.

Na obra *Calibã e a bruxa*, de Silvia Federici (2017), somos apresentados a uma história das mulheres, seus corpos e a primitiva acumulação no capitalismo, que rompe os laços entre os seres humanos colocados sobre o empobrecimento e a espoliação. Como consequência disso, vivemos em um cenário misógino, que coincide com os sujeitos femininos que o sistema precisou destruir, como as hereges, as esposas desobedientes e as mulheres que ousam viver de forma independente.

Federici nos dá aportes teóricos para refletirmos sobre a questão das mulheres Guarani e Kaiowá à luz das ideias mencionadas no parágrafo anterior, quando observa que o feminino era especialmente culpabilizado e conveniente para insubordinação. Além disso, ela associa os ataques às mulheres na Europa, onde a caça às bruxas foi um mecanismo essencial para a destruir práticas e conhecimentos femininos, à demonização dos povos indígenas na América, que serviu de justificativa para saques e escravidão dos povos.

Ademais, nos apegamos também à noção de corpo-território, cunhada por mulheres originárias da América Latina, que se refere a uma concepção cosmológica e interconectada que reconhece a estreita relação entre o corpo e o território em que se insere. Essa visão considera que corpo e território não são entidades separadas, mas sim interdependentes e inseparáveis, além de conceber a inseparabilidade do corpo individual do coletivo.

Assim, o território é entendido não apenas como uma área geográfica delimitada, mas como um espaço sagrado e vivo, onde o corpo encontra sua conexão espiritual, cultural e física. Essa concepção vai além da dimensão física do território, abrangendo também aspectos sociais, culturais e espirituais. O corpo é visto como um receptor e transmissor de energias e conhecimentos, assim como o território é considerado um recipiente de histórias, memórias e saberes ancestrais.

Essa perspectiva ressalta a importância de uma abordagem integrada e holística na compreensão dos povos indígenas e suas relações com o ambiente onde vivem. Ela destaca a necessidade de proteção dos territórios tradicionais e os direitos como forma de preservar não somente a natureza, mas também a vida, a cultura e a identidade.

Segundo Verônica Gago (2020), as lutas que deram origem ao conceito de corpo-território mapeiam as consequências da espoliação dos recursos comuns da vida cotidiana. Esse conceito amplia a nossa maneira de ver a partir de corpos que são experienciados como territórios e dos territórios que são vividos como corpos. Ele revela as batalhas que ocorrem no presente, além de indicar um campo de forças e torná-lo perceptível e compreensível por meio de conflitos. Dessa maneira, conforme Gago (2020, p. 109), o corpo-território pressupõe a ideia de que as mulheres que se alimentam nas luta anti-extrativistas:

[...] produzem e situam o corpo como território extenso: ou seja, não como confinamento da individualidade, limitado às margens do corpo próprio entendido como propriedade respaldada por direitos individuais, mas como matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias.

Em um contexto de tentativas de extermínio, de violência contra corpos, direitos e mundos, as mulheres, explica Seraguza (2023, p. 133): “se veem com a difícil incumbência de produzir alegria em tempos de fins”. Elas convivem diariamente com as marcas das violências produzidas pelo Estado, e ficam à mercê da branquitude, da não resolução de conflitos e dos impactos das violações sobre seus corpos-territórios, gerando uma indisposição.

Os conflitos socioambientais têm impactos significativos sobre as mulheres Guarani e Kaiowá, afetando suas vidas de diversas maneiras. Elas enfrentam altos níveis de violência em decorrência dos conflitos, entre elas a violência física, sexual e psicológica, perpetrada por agentes do agronegócio, invasores de terras e até mesmo por forças de segurança.

Além disso, os conflitos também levam ao deslocamento forçado das comunidades. As mulheres enfrentam a perda de suas casas, laços comunitários e acesso a serviços básicos. De acordo com o Mapeamento de Violências, página de mapa produzido pela *Kuñangue Aty Guasu*, em setembro de 2021, uma mulher Guarani e Kaiowá de 29 anos teve sua casa invadida e depredada, com cordas e gasolinas espalhadas pelo chão. Até então ela já havia sofrido 4 tentativas de assassinato, e devido às perseguições não possuía mais residência fixa. Outro caso mapeado pela *Kuñangue* foi o de uma Guarani e Kaiowá que foi acusada de bruxaria e teve sua casa incendiada intencionalmente.⁵

A exposição constante a situações de violência, insegurança também faz com que as pessoas das comunidades sofram com altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e traumas decorrentes dos conflitos. O Mapeamento também relata um caso de saída forçada de uma Guarani e Kaiowá após ataques sistemáticos por parte de fazendeiros e policiais. O fato em si causou danos psicológicos e físicos na vítima, que se vê trancada em casa por receio de sair.

⁵ Não se tem informações sobre a autoria do crime.

No entanto, afirma Seraguza (2023, p. 133) que é no fortalecimento dos laços de parentesco, nos saberes, nos territórios e na coletividade que se dá a luta e a resistência:

É na luta que elas veem a possibilidade de reconstruir a vida e manterem-se alegres e mais: sair das reservas é uma das únicas soluções disponíveis e são nas retomadas que se encontram com a possibilidade de realização do *kuña kuéra reko*, o jeito de ser mulheres, posto que, com mais condições de controle dos fogos, possuem mais garantia da vida idealmente próxima ao *teko porã*.

São as mulheres que se destacam ao deixarem as aldeias e liderarem suas comunidades no processo de retorno aos seus territórios tradicionais, buscando recuperar a terra e reconstruir uma vida familiar que não pode ser limitada a espaços restritos, como ocorre nas reservas em que vivem no MS. No entanto, elas não lideram sozinhas. Elas compartilham e/ou disputam a liderança com os homens de seu povo, especialmente com professores e rezadores, muitas vezes sendo elas mesmas, líderes, rezadeiras e professoras. A presença das mulheres Guarani e Kaiowá tem uma grande importância na vida indígena de modo geral, e é comum, ao chegar nas áreas de retomada, se deparar com uma maioria de mulheres que vivenciam o dia-a-dia nos territórios recuperados.

Ainda de acordo com Seraguza (2023, p.76), ela nos explica que:

[...] a política das retomadas é produzida em termos relacionais, como que num circuito em conexão contínua com os seres espirituais e divindades que envolvem I) a arregimentação dos parentes, II) a acomodação das sementes, mudas, ramas e criações para transporte, III) a entrada na terra, IV) o trabalho em mutirão para levantar as casas, V) o preparo da terra, VI) o plantio das sementes, VII) os fogos acesos no centro das casas e a partir dele, o compartilhar de narrativas da vida indígena, a feitura coletiva dos alimentos, os cuidados com crianças e idosos, o acesso a remédios antigos, a realização de rituais e festejos, VIII) o fortalecimento enquanto grupo de luta IX) a negociação com o Estado, X) o assentamento na terra.

São elas que carregam consigo as sementes, que unem os parentes para a luta, que criam as pessoas para o mundo, que erguem as aldeias. Embora muitas pesquisas realizadas sobre e/ou com os Guarani e Kaiowá não deem o devido enfoque às mulheres, suas narrativas são fundamentais para o fazer política dentro das comunidades. A presença dessas mulheres na luta pela terra, na formação de alianças, no cuidado com as pessoas, também se faz essencial para o estabelecimento das famílias nas retomadas que buscam a reconstrução de mundos destruídos.

As mulheres Guarani e Kaiowá se organizam em luta frente aos conflitos socioambientais por meio de diversas estratégias e ações coletivas, como por exemplo, o fortalecimento de lideranças femininas, assumindo papéis de destaque e participando ativamente nas decisões coletivas. Elas se organizam em espaços de diálogo, onde compartilham experiências, conhecimentos e estratégias para enfrentar os conflitos socioambientais

e as demais violações, como a *Kuñangue Aty Guasu*⁶, Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, que teve início em 2006, servindo como ambiente de luta e resistência para caminhos mais amplos e autônomos.

Como resultados das assembleias, os relatórios/atas nos mostram as reivindicações dessas mulheres, que versam sobre os direitos à educação, à saúde, ao território e ao direito de viverem em comunidade de acordo com seus modos de vida, além das denúncias às constantes violações.⁷

Essas mulheres também participam de protestos e mobilizações, como a Marcha das Mulheres Indígenas, organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, um encontro que reúne mulheres indígenas de todo o país em luta contra o Marco Temporal e os golpistas financiadores do agronegócio e de outras atividades predatórias. Elas também se organizam e articulam com instituições governamentais, não governamentais e movimentos indígenas para buscar apoio legal, assistência técnica e recursos para suas comunidades.

Algumas mulheres exercem a liderança no cotidiano, responsáveis pelo fogo doméstico e pela produção de alegria, elementos essenciais para a vida. É por meio dos saberes acumulados que elas conseguem inspirar e levantar as pessoas ao seu redor. Então, diante de um cenário de fim de mundo, as comunidades se organizam de diversas maneiras, buscando estratégias que consideram eficazes para suas famílias e seguindo métodos que aprenderam ao longo do tempo.

Essas ferramentas, junto ao encabeçamento nas retomadas, são algumas das formas de organização adotadas pelas mulheres Guarani e Kaiowá na luta contra os conflitos socioambientais. Vale ressaltar que cada comunidade e grupo de mulheres tem suas próprias estratégias e abordagens específicas, mas todas têm em comum a determinação em proteger seus territórios e seu povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das possibilidades de sucumbir ao mundo não indígena, as mulheres Guarani e Kaiowá se mantêm como resistência à unificação, ao neoextrativismo e suas consequentes violações, assegurando a dispersão dentro e fora das reservas por meio de suas ações de cuidados. E assim, elas exercem a política e se configuram como fora contrária à destruição.

Conflitos socioambientais causam impactos negativos irreversíveis nos modos de vida indígenas, especialmente para as mulheres. Ao abordar questões que permeiam essas discussões sobre conflitos, é importante compreender a posição assumida pelas mulheres

⁶ Mais informações no site: <https://www.kunangue.com/>.

⁷ Os relatórios/atas das assembleias podem ser acessados através do site: <https://www.kunangue.com/>.

Guarani e Kaiowá, e entender suas mobilizações, assim como os espaços que ocupam. Isso nos permite entender como ocorre a resistência dentro da sociedade e o desafio enfrentado em relação ao sistema moderno ocidental.

Analisando as diversas camadas da organização dessas mulheres, fica evidente que suas reivindicações vão além das questões de gênero. Elas abrangem fatores de luta coletiva, como a defesa dos territórios, dos direitos de suas comunidades e modos de vida. Afetadas pelas consequências do capitalismo, que munido pelo agronegócio tenta exterminar os povos indígenas, as mulheres Guarani e Kaiowá caminham em resistência na luta pela vida e pela efetivação dos direitos socioambientais.

Com a chegada das frentes agrícolas no MS, que “associaram” muitos homens Guarani e Kaiowá, as mulheres das aldeias e das retomadas assumiram um papel de destaque, uma vez que sua presença contínua foi fundamental para a sustentação da vida, mesmo diante de desafios e adversidades.

Como resultados, discorremos sobre os objetivos de identificar os conflitos socioambientais no Mato Grosso do Sul que violam os direitos dos povos e das mulheres Guarani e Kaiowá e que atravessam seus corpos e os procedimentos e mecanismos utilizados por essas mulheres no combate aos impactos decorrentes dos conflitos. Além disso, também entendemos também suas posições, sua mobilização, sua organização política e o local que ocupam. Dessa forma, elas se mostram as reais engrenagens da luta contra os conflitos socioambientais em defesa dos territórios e da vida diante da hegemonia patriarcal, capitalista e racista.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 15 mai. 2023.

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - dados de 2021**. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa - mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 30 mai. 2023.

GAGO, Verônica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, 2020. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6841365/>

mod_resource/content/1/Vero%CC%81nica-Gago-A-pote%CC%82ncia-feminista_-ou-o-desejo-de-transformar-tudo-Editora-Elefante-_2020_.pdf. Acesso em: 27 mai. 2023.

KUÑANGUE Aty Guasu. **Mapeamento de Violências**. Disponível em: https://kunan-gueatyguasu.github.io/mvv_pt/. Acesso em: 2 jun. 2023.

_____. *Site*. Disponível em: <https://www.kunangue.com/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tábula Rasa Bogotá, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a06.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2023.

MARINHO, Rafael Pacheco. **Os xetá e suas histórias: memória, estética, luta desde o exílio**. 2018. 320 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62014/R%20-%20D%20-%20RAFAEL%20PACHECO%20MARINHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 mai. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p. Disponível em: https://www.academia.edu/43520006/Necropol%C3%ADtica_livro_Achile_Mbembe. Acesso em: 20 mai. 2023.

MONDARDO, Marcos L. **O MOVIMENTO GUARANI E KAIOWÁ PELA REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E AS RETOMADAS DE TEKOKHA/ The movement of Guarani and Kaiowá by the social reappropriation of nature: Tekoha, resumes and r-existence**. Revista Nera, [S. l.], n. 52, p. 133–150, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v0i52.7192. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7192>. Acesso em: 10 maio. 2023.

MONTEIRO, Daniel M. L. V. **Terra, poder e violência: conflitos no Mato Grosso do Sul e a relação do agronegócio com os Kaiowá e Guarani**. Confins - Revista franco-brasileira de geografia. N. 45, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.30108>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/30108>. Acesso em: 9 mai. 2023.

PORTAL Catarinas. **Ruralistas apoiados pela Força Nacional perseguem indígenas no Mato Grosso do Sul**. 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/ruralistas-apoiados-pela-forca-nacional-perseguem-indigenas-no-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. ed 2, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A%20natureza%20do%20Espa%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

SERAGUZA, Lauriene. **As Donas do Fogo - política e parentesco nos mundos guarani**. 2023. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17022023-161454/>

publico/2022_LaurieneSeraguzaOlegarioESouza_VCorr.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

SILVESTRE, Célia M.; ROSSATO, Veronice L. (Org.); SERAGUZA, Lauriene. (Org.).
Kunha Remopu'ã. 1. ed. Uberlândia: RB Comunicação Visual, 2019.